



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

Intervenção Natália Carvalho

Camaradas:

Os trabalhadores da Administração Pública, devido à postura antidemocrática do Governo PS/Sócrates, vivem neste momento um dos períodos mais conturbados da sua existência.

A Mobilidade, o SIADAP, o Novo Estatuto Disciplinar, o Novo Regime de Vínculos Carreiras e Remunerações e o Código de Trabalho para Funções Públicas são a prova de que este Governo está interessado em destruir a Administração Pública, as funções sociais do estado e por arrasto todos os trabalhadores da função pública.

Os trabalhadores não docentes dos ensinos básico e secundário para além de todas estas questões, debatem-se neste momento com problemas específicos, que afectam a sua vida profissional:

- A ausência de uma política de recursos humanos que responda, com racionalidade, às necessidades das escolas vem sendo há anos preterida pelos vários Governos e este também não é excepção, optando o Ministério da Educação pela manutenção de mais de 12.000 trabalhadores, com contrato a termo resolutivo, que exercem funções com carácter permanente. Destes, mais de 5.000 terminam os contratos em 31 de Agosto, pois completam 6 anos de contrato, (tempo máximo previsto no Código de Trabalho).

- A transferência de competências em matérias de educação para as Câmaras Municipais e nomeadamente a gestão dos trabalhadores não docentes, responsabilidades que estão Constitucionalmente definidas como do Ministério da Educação, está a criar grande indignação no seu seio, pois há a consciência que vai dar lugar à privatização de áreas funcionais e consequentemente ao despedimento e à mobilidade de milhares de trabalhadores, bem como à destruição da Escola Pública e Gratuita para todos.

- Com a publicação do novo diploma de gestão das escolas o Ministério destrói a gestão democrática e impõe a figura do Director, que pode provir do ensino privado. Acaba com a eleição directa de um dos seus órgãos de gestão e retira sem qualquer explicação a representatividade dos trabalhadores não docentes do Conselho Pedagógico.

- Os trabalhadores repudiam a política de ataque descarado que o Governo de Sócrates pretende fazer às carreiras específicas, conseguidas com a sua luta e que correspondem



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

às exigências do funcionamento das escolas e que lhes garantem o direito à carreira e um conteúdo funcional definido.

Camaradas:

A discussão que estamos a fazer, do programa de acção para os próximos 4 anos, tem como finalidade o empenhamento de todos os dirigentes, delegados e activistas sindicais na luta contra a política deste governo, na Dignificação do Trabalho com Direitos e na defesa de Serviços Públicos para Todos.

A luta obrigou o Governo a recuar ...

O Secretário de Estado da Administração Pública informou a Frente Comum que os Contratos a Termo Resolutivo com mais de 5 anos a 1 de Janeiro de 2009, vão ser integrados, através de concurso, com Contrato Individual de Trabalho por tempo indeterminado.

Ora, como referi, nas Escolas há trabalhadores que terminam os contratos a 31/Agosto. Sobre estes trabalhadores o Secretário de Estado informou que já deu autorização ao ME para a prorrogação dos mesmos, sem mais informações.

Em relação aos restantes contratos com 3 anos, podem ser renovados por mais um ano, desde que sejam considerados indispensáveis.

Uma coisa podemos já dizer: a ser verdadeira esta afirmação a Luta deu resultados, conseguimos após ano e meio de tentativas de diálogo que o Governo venha assumir as suas responsabilidades em relação a estes trabalhadores. Mas temos que continuar atentos, pois isto ainda é uma proposta que vai para a Assembleia da República.

A LUTA CONTINUA.

Por tudo isto afirmamos:

- Não ao despedimento de trabalhadores
- Não à transferência para as autarquias



- Não ao novo regime de gestão
- Sim às Carreiras Específicas

Viva o 9º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública

Setúbal, 30 e 31 de Maio de 2008

Direcção Nacional